

## Neoliberalismo e Dialética do Capital Fictício: a constituição de um novo padrão de dependência

Marisa Silva Amaral (IE-UFU)\*

Pedro Henrique Evangelista Duarte (IE-UFU)\*\*

**Resumo:** A dependência, nos termos da teoria marxista da dependência, pode ser entendida como uma situação de condicionamento a partir da qual o desenvolvimento das economias centrais ocorre à custa do subdesenvolvimento das economias periféricas, fato este marcado pela intensificação do processo de transferência de valores produzidos na periferia e acumulados nos países do centro. Isto provoca a necessidade de que, na periferia, se exacerbem os mecanismos de superexploração do trabalho como forma de dar prosseguimento ao seu processo interno de acumulação de capital. O propósito deste estudo é o de demonstrar que, nos marcos do capitalismo atual – marcado pelo ganho de hegemonia da perspectiva neoliberal de desenvolvimento e pela constituição de um novo padrão exportador latino-americano –, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural dos países periféricos, combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da excessiva abertura comercial e financeira, da falta de controle da mobilidade de capitais e também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, capital fictício, dependência

**Abstract:** The dependence, in terms of Marxist theory of dependence, can be understood as a conditioning situation starting from which the development of the central economies happens to the costs of the underdevelopment of the outlying economies, fact this marked by the intensification of values transfer process produced in the periphery and accumulated in the center countries. This provokes the need that, in the periphery, the mechanisms of labor superexploitation are exacerbated as form of giving pursuit to the internal process of capital accumulation. The purpose of this study is demonstrating that, in the marks of the current capitalism – marked by the earnings of neoliberal hegemony perspective and for the constitution of a new pattern Latin-American exporter –, the dependence settles down by an intense invigoration of the structural external vulnerability of outlying countries, combined with a situation of intense financial fragility, both as immediate result of the excessive commercial and financial opening, lack of capitals mobility control and also of the insert type it expresses of the Latin-American economies, in whose line of exports prevails the commodities and/or industrial products of low joined value.

**Key words:** neoliberalism, fictitious capital, dependence

**JEL Classification:** O11, E65.

A Teoria da Dependência se fundamentou no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, num contexto de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Tratava-se de um esforço crítico na tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-

---

\* Mestre em Economia pelo IE-UFU e Professora do IE-UFU.

\*\* Mestrando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do IE-UFU.

econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940<sup>1</sup>. Em termos de corrente teórica, a Teoria da Dependência se propunha a compreender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de tal forma que a economia de alguns países se condicionava pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis, se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que, na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integrava, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

As idéias centrais defendidas pela Teoria da Dependência<sup>2</sup> perpassam por quatro pontos específicos que se estreitam em muito com a concepção de desenvolvimento adotada por Marx (1974)<sup>3</sup>. O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; o segundo contempla a idéia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto se refere ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.

Em linhas gerais, a percepção era a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica

---

<sup>1</sup> Antes do surgimento da Teoria da Dependência, outros teóricos fundamentaram estudos que também buscavam compreender o desenvolvimento capitalista latino-americano a partir de sua fase de industrialização. É desse esforço que se consolidaram a Teoria do Desenvolvimento e a concepção estruturalista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) que, apesar de permear por análises diversas à concepção dependentista, tiveram ampla importância não só em termos da apreensão do capitalismo periférico, mas também da conformação de políticas públicas nos países da região.

<sup>2</sup> Tais idéias, como apresentadas aqui, foram compiladas em um resumo feito por Blomström e Hettne (1990).

<sup>3</sup> Marx (1974) não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, no sentido de que não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado, de modo que se deva atravessar outros estágios menos avançados para tal. Sua visão de desenvolvimento passa pela idéia de processualidade, no sentido de que novos elementos vão surgindo na totalidade do sistema e modificando o modo em que este último opera. No caso do sistema capitalista, como veremos, seu desenvolvimento não traz características positivas para o todo. Antes pelo contrário, provoca pobreza e desigualdade em diversos sentidos.

mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas, ou seja, à medida que prevalece a lógica de acumulação capitalista, uma vez que um país ou região se mostra dependente, será sempre dependente.

Esta seria a concepção mais geral do desenvolvimento capitalista, aparentemente comum a todas as correntes teóricas que conformam a Teoria da Dependência. A partir disso, faremos o tratamento da corrente marxista, tanto por entendermos que esta se apresenta como mais apta à análise histórica do desenvolvimento do capitalismo na periferia – pela própria forma com a qual investiga as variáveis que efetivamente determinam o ambiente no qual as economias periféricas estão inseridas – quanto para compreensão daquilo que chamamos de nova forma histórica da dependência, idéia que será exposta mais adiante.

## 1. A Versão Marxista da Dependência

Mesmo tendo surgido algumas interpretações do desenvolvimento capitalista na América Latina que caminhavam rumo a uma formulação teórica dentro do quadro dos estudos sobre o imperialismo<sup>4</sup>, é só com Ruy Mauro Marini, e sua obra político-teórica “Dialética da Dependência” que se conforma efetivamente a Teoria Marxista da Dependência (TMD). O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades que impedem que o capitalismo aqui se desenvolva da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*<sup>5</sup>, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional.

Dois grandes processos históricos estão na base dos fenômenos que geraram os estudos da dependência, em especial da corrente marxista. O primeiro deles foi a Revolução Cubana, que se constituiu em um dos principais parâmetros para as definições teóricas e políticas da América Latina à época, ao aprofundar a crise teórica do marxismo ortodoxo até então prevalecente. O

---

<sup>4</sup> Aqui, citamos as fundamentais contribuições teóricas de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, em especial por avançarem em termos da definição de um conceito de dependência. Apesar dessa importante contribuição, é somente com a interpretação de Marini que se pode falar em uma Teoria Marxista da Dependência.

<sup>5</sup> Marini entende capitalismo *sui generis* como a configuração de uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia, justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro, não sendo, portanto, realizada internamente. Por isso, os mecanismos de transferência de valor provocam uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada, o que faz com que mais excedente precise ser gerado.

segundo – e talvez mais importante – tratou-se da crescente integração do processo produtivo das economias latino-americanas com o capital estrangeiro, fenômeno este que intensificou as contradições sociais na região. Esse processo pôs fim à ilusão do desenvolvimento de um capitalismo autônomo na região, o que levou à crise tanto do pensamento cepalino quanto da Teoria do Desenvolvimento. É principalmente a partir desse enfoque que Marini estruturou toda a sua reflexão sobre o capitalismo na periferia.

Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma situação na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais poderiam se auto-sustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros. Nas palavras do próprio Marini,

a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (2000: 109).

Nesses termos, o objeto de estudo da Teoria Marxista da Dependência é a compreensão do processo de formação sócio-econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. O resultado disto é a limitação de seus mercados internos e de sua capacidade técnica e cultural, bem como do desenvolvimento moral e psíquico de seu povo (DOS SANTOS, 1970: 231).

Carcanholo (2004a: 9) identifica três condicionantes histórico-estruturais da situação de dependência. O primeiro seria a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixo valor agregado) em relação ao preço dos produtos industriais ou com maior valor agregado importados dos países centrais, num processo de transferência de valor (ou, dito de outra forma, num processo de perda nos termos de troca)<sup>6</sup>. O

---

<sup>6</sup> Tais mecanismos de transferência de valor, segundo Marini, podem ser explicados a partir de dois lados: pelos mecanismos internos a uma mesma esfera de produção e pelo processo de concorrência entre distintas esferas de

segundo seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*, pela razão dos primeiros importarem capital dos últimos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, colocando os mesmos à mercê do ciclo de liquidez internacional.

A partir desses condicionantes, pode-se distinguir três formas históricas de dependência. A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Conseqüentemente, a produção nos países dependentes é destinada à exportação, isto é, a produção é determinada pela demanda por parte dos centros hegemônicos. A estrutura produtiva interna é caracterizada pela rígida especialização e pela monocultura em algumas regiões.

Por conta destas condições impostas por estas duas formas históricas iniciais da dependência, a existência de um mercado interno restrito se dava por quatro fatores: i) a maior parte da renda nacional era derivada da exportação; ii) a força de trabalho era submetida a várias formas de superexploração, o que limitava seu consumo; iii) parte do consumo desses trabalhadores se dava por meio da economia de subsistência, o que servia como um complemento a sua renda e como um refúgio durante períodos de depressão; iv) a maior parte dos excedentes acumulados era enviada para fora dos países exportadores sob a forma de lucro, limitando não somente o consumo interno, mas as possibilidades de reinvestimento.

Na década de 50, se consolida uma terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Neste caso ocorre que a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida domesticamente. Esta compra é sujeita a duas limitações: i) o limite de recursos gerado pelo setor exportador<sup>7</sup>; e ii) as limitações de monopólios e patentes. Ocorre que os países subdesenvolvidos dependem da importação de maquinaria e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias. No entanto, estes

---

produção. A forma como esses mecanismos operam serão detalhados na seção que tratará especificamente da deterioração dos termos de troca.

<sup>7</sup> A primeira conseqüência desta dependência é a preservação deste setor tradicional, que limita economicamente o desenvolvimento do mercado interno pela conservação de relações de produção retrógradas e isto significa, politicamente, a manutenção de poder por parte das oligarquias tradicionais decadentes.

produtos não são livremente vendidos no mercado internacional. Eles são usualmente patenteados por grandes companhias que exigem pagamento de *royalties* para sua utilização ou, na maioria dos casos, elas convertem esses produtos em capital e os introduzem na forma de seus próprios investimentos, através da instalação de afiliadas. Isto faz com que as contas de capital sejam fortemente desfavoráveis para os países dependentes, tendo em vista que o montante de capital que sai destes países (através dos gastos já citados ou pelo envio de lucros) é muito maior do que o montante que neles entra. (DOS SANTOS, 1970).

Cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não somente as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

Desde cedo, a condição para que a América Latina se inserisse na economia internacional esteve relacionada com a capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos. Tão logo, a essa função foi acrescentada a de contribuir para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescia em função do próprio desenvolvimento industrial. Esse fator, somado ao crescimento da classe trabalhadora e à elevação da produtividade nos países centrais, contribuiu de maneira fundamental para o surgimento da grande indústria. Nesse sentido, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

“(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que do simplesmente da exploração do trabalhador” (MARINI, 2000: 113).

Mesmo dependendo do aumento da produtividade, o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas sim o grau de exploração do trabalho, vale dizer, a relação entre o tempo de trabalho excedente – no qual o operário produz mais-valia – e o tempo de trabalho necessário – no qual o operário produz o valor do seu salário. Para que o aumento do trabalho excedente possa se verificar em relação ao trabalho necessário, é fundamental que a redução do valor social das mercadorias incida sobre os chamados bens-salário, aqueles necessários à reprodução da força de trabalho. E é nesse ponto que a participação da América Latina no processo de acumulação ganha notável importância.

Na medida em que aumenta a oferta mundial de alimentos (bens-salário), os países latino-americanos acabam induzindo a uma redução dos preços dos produtos primários no mercado

mundial. O resultado direto disso é uma redução do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza em ampliação da mais-valia. “Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia nos países industrializados” (Ibidem, p. 116). Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, a depreciação dos bens primários acaba sendo refletida na deterioração dos termos de troca.

Nesses termos, a deterioração dos termos de troca acaba sendo a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e não industriais, dentro da imposta divisão internacional do trabalho. Tal intercâmbio, ao contrário de exprimir uma troca de equivalentes, conforma uma série de mecanismos que permitem realizar transferências de valor.

Seriam dois os principais mecanismos através dos quais se realizaria a transferência de valor. O primeiro opera no nível da esfera de produção interna. Como as mercadorias tendem a ser vendidas pelo preço de mercado (valor das condições médias de produção), os países centrais acabam realizando suas mercadorias por um valor superior ao custo de produção, na medida em que possuem padrões de produção superiores aos países periféricos. A consequência disso é a transferência de valor da periferia para o centro, por conta do processo de concorrência entre capitais internos e externos dentro de uma mesma esfera de produção. O segundo opera no âmbito da concorrência entre distintas esferas que se inter-relacionam. A existência de monopólio na produção de bens de alto valor agregado por parte dos países centrais permite que estes comercializem seus produtos a preços superiores àqueles que prevaleceriam com iguais taxas de lucro, o que implica que as nações periféricas sejam obrigadas a ceder gratuitamente parte do valor que produzem<sup>8</sup>.

A partir da transferência de valor da periferia para o centro, observa-se que o capitalista da nação desfavorecida, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional. Isso porque a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta como

---

<sup>8</sup> Marini (2000: 118) ressalta que as explicações para o intercâmbio desigual não podem ser buscadas no resultado da lei de oferta e procura, pelo fato de tal explicação ser extremamente simplista. Embora seja evidente que a concorrência desempenha um papel decisivo na fixação dos preços, ela não explica o porque, do lado da oferta, verifica-se uma expansão acelerada independentemente de que as relações de troca estejam se deteriorando. Dessa forma, mesmo que esteja fundamentado em fatos reais, tal raciocínio inverte as ordens dos fatores e não vê que a utilização de recursos extra-econômicos se deriva precisamente de que há por trás uma base econômica que a torna possível.

incremento da taxa de mais-valia e da taxa de lucro nos países industriais, em detrimento da taxa de mais-valia das nações periféricas. Assim,

Chegamos a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. (...) *[De forma que]* o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível do mercado é de fato um mecanismo de opera em nível da produção interna. (MARINI, 2005a: 153-154).

Ou seja, na medida em que a perda de mais-valia ocasionada pelo intercâmbio desigual não pode ser resolvida em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é tentar compensá-la no plano da produção interna através da ampliação da produção de excedente. Nessa perspectiva, o aumento da intensidade do trabalho – e não o incremento de sua capacidade produtiva – se configuraria como um aumento da mais-valia.

Além do aumento da intensidade do trabalho, Marini aponta ainda dois outros mecanismos para se elevar a mais-valia. O primeiro seria o prolongamento da jornada de trabalho (aumento da mais-valia absoluta) como forma de aumentar o tempo de trabalho excedente, aquele no qual o trabalhador segue produzindo após ter criado todo o valor necessário à sua subsistência. O segundo seria a redução do consumo do operário além de seu limite normal - ou expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - que transformaria o fundo necessário do trabalhador em fundo de acumulação de capital<sup>9</sup>.

Esses mecanismos, ao retirarem do trabalhador as condições necessárias para que reponha o desgaste de sua força de trabalho – nos dois primeiros casos porque é obrigado a realizar um dispêndio de sua força de trabalho em uma proporção maior que o normal, e no terceiro, por se alienar dele o consumo estritamente necessário para conservar sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado na maior exploração da classe trabalhadora. Isto que dizer que, por estarem fundamentados no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, a utilização desses mecanismos acaba fazendo com que o trabalho seja remunerado por baixo de seu valor, e por isso correspondem a uma superexploração da força de trabalho.

A partir desse argumento, Marini busca mostrar que não há outra forma de compensar a transferência de valor para o centro porque na periferia não se desenvolve uma base técnica

---

<sup>9</sup> Marini (2005a: 155-156) ressalta que a utilização desses mecanismos de extração de mais-valia não se dá apenas quando se verifica a existência de troca desigual entre as nações. A vinculação ao mercado mundial e a conseqüente transmutação da produção de valores de uso em valores de troca por si só “*tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. (...) O efeito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculo a sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente*”.



compatível com a do centro, que possibilite elevar a mais-valia a partir do aumento da produtividade do trabalho. Como aponta Amaral (2006: 36),

trata-se de um estado no qual são introduzidas, no espaço da circulação, inovações tecnológicas geradas por setores de composição orgânica mais elevada, de modo a estimular um crescimento da produtividade e uma depreciação das mercadorias nos setores de composição orgânica inferior, cuja perda de mais-valia não pode então ser compensada por geração endógena de progresso técnico, mas sim pela superexploração do trabalho.

Como esses setores de composição orgânica mais elevada estão presentes nos países centrais, enquanto que os setores de composição orgânica menos elevada estão localizados na periferia, a esta última não cabe alternativa a não ser ampliar os graus de exploração do trabalho na geração de mais-valia a ser transferida aos primeiros. Essa dinâmica de acumulação de capital, ademais de permitir que o capitalismo dependente cresça e contorne sua restrição externa, intensifica em graus cada vez maiores a distribuição regressiva da renda e da riqueza, que nada mais são que conseqüências inevitáveis da dependência.

A ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida, nos países periféricos, pela existência do exército industrial de reserva. Como não se desenvolvem nestes uma indústria capaz de produzir bens com alto valor agregado – que permitam um intercâmbio eqüitativo com os países centrais – e que ao mesmo tempo absorvam a massa de trabalhadores desempregados, a pressão sobre essa classe, através da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba se apresentando como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor. Acrescente-se a isto o fato de que esta exploração é bastante agravada pelo aumento dos preços dos produtos industriais reforçados pelo protecionismo, isenções e subsídios dados pelos governos nacionais. Além disto, desde que esta acumulação dependente se dá necessariamente dentro da economia internacional, ela é profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc.

Feitos estes esclarecimentos, há três formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam, i) o aumento da intensidade do trabalho, ii) a prolongação da jornada de trabalho e iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista –

valendo o comentário de que este mecanismo atua no sentido de criar “*condiciones a través de las cuales el capital termina violando el valor de la fuerza de trabajo*”<sup>10</sup> (OSORIO, 2004: 95).

A primeira destas formas de superexploração denota que, numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. A segunda reflete um aumento do tempo de trabalho excedente para além daquele necessário à reprodução do próprio operário, de modo que o mesmo “*segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo*” (MARINI, 2000: 123). A terceira forma de exploração representa um mecanismo através do qual a classe capitalista se vê fortalecida no sentido de impor uma queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. A ampliação do exército industrial de reserva é um bom exemplo disto, dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de trabalho.

Neste momento, é relevante dizer que os três mecanismos expostos têm como característica fundamental

... o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (Ibidem, p. 126)

Significa dizer, de maneira geral, que o trabalho se remunera abaixo de seu valor e isto, por si só, deixa patente a existência de superexploração.

Importante esclarecer que o entendimento do que ocorre nos países subdesenvolvidos só pode se concretizar quando vemos seu desenvolvimento enquanto um processo de produção e

---

<sup>10</sup> A efetiva queda no valor da força de trabalho e, portanto, a efetiva “violação” da troca de equivalentes, só pode se dar pelo aumento da produtividade nos setores produtores de bens-salário, fazendo com que os preços destes bens sejam reduzidos. Deste modo, a reprodução da força de trabalho torna-se mais barata (o proletariado consegue garantir sua subsistência gastando menos recursos) e, portanto, seu valor diminui, provocando queda nos salários e, conseqüentemente, aumento relativo da mais-valia. Um arrocho salarial que se dê por outros motivos diferentes deste (o aumento do exército industrial de reserva, por exemplo) não implica em queda do valor da força de trabalho. Estas observações nos remetem, inclusive, a uma diferença crucial entre a exploração do trabalho predominante no centro e a exploração do trabalho que predomina na periferia. Osório (2004: 94) nos mostra que, no primeiro caso, a “*explotación se apoya en el ‘aumento de la capacidad productiva’, lo que puede alcanzarse respetando el valor de la fuerza de trabajo y propiciar mejores salarios y mayor consumo*” e que, no segundo caso, “*las formas de explotación se sustentan en la violación del valor de la fuerza de trabajo*”. Esta observação não significa que a acumulação no centro e na periferia se dê exclusivamente destas formas; apenas que a superexploração da força de trabalho, nas economias dependentes, tende a se aprofundar por ser a alternativa de acumulação interna de capital, frente à transferência de valores produzidos na periferia e que são acumulados no centro da economia mundial.

reprodução dependentes. Este sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é limitado por relações mundiais que necessariamente levam ao desenvolvimento somente de certos setores da economia, por condições tradicionalmente desiguais, por uma competição doméstica com o capital internacional em condições de desigualdade, pela imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica com uma visão de dividir o excedente econômico, por ela gerado, entre forças externas e internas de dominação.

A partir do que foi explicitado até então, fica claro que, segundo Marini, o mecanismo da superexploração da força de trabalho é a única forma de compensação da transferência de valor da periferia para o centro e, ao expressar a interrupção de um processo de acumulação que não se realiza internamente, mas que, de outra forma, tem seus recursos forçosamente enviados para os países centrais, acaba por ser a expressão da dependência à qual os países periféricos são submetidos.

Num período mais recente – mais propriamente, em tempos neoliberais –, tem se firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Destacando que esta é uma nova fase da dependência porque aprofunda as condições estruturais da dependência e, por outro lado, assume uma maior face na valorização do capital fictício, que é um tipo de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo.

## **2. O Novo Padrão de Dependência**

Inicia-se aqui o tratamento daquela que constatamos ser a nova fase da dependência que se configura especialmente a partir da década de 90, quando se torna hegemônica a estratégia neoliberal de desenvolvimento – imposta pelos países do centro do capitalismo mundial aos países da periferia do sistema e abundantemente incorporada por estes últimos –, apoiada no discurso globalizante que se desenvolve e dissemina a partir de então.

Esta nova fase da dependência e do capitalismo em geral distingue-se das anteriores por conta de uma característica que lhe é peculiar: a forte “*generalização do movimento especulativo do capital*” (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999: 1) ou, conforme se convencionou chamar na literatura recente, a presença de um intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva, isto é,

ao ponto de o capital produtivo se subordinar ao capital financeiro (ou capital fictício, nos termos de Marx<sup>11</sup>, cuja contradição inerente é a de ser real – por estar vinculado a um capital real – e ilusório – porque parte do valor de que se apropria já não tem mais vínculo algum com este capital real ao qual se refere – ao mesmo tempo)<sup>12</sup>.

As consequências imediatas disto são, em primeiro lugar, a impossibilidade de um crescimento econômico que se sustente ao longo do tempo. Crescimento pressupõe produção. Se todos buscam apenas a apropriação, não há quem produza, de modo a ocorrer uma fuga no sentido investimento em produção nova → aplicação em títulos de dívida ou em papéis em geral. Em segundo lugar, vem a ocorrência recorrente de crises econômicas, justamente como consequência do ponto anterior. A ampliação do capital fictício e, portanto, a ampliação dos gastos improdutivos onera o capital produtivo e o excedente que dele provém, tendo em vista que o capital fictício se apropria de algo que não produz, ele se amplia às custas do capital produtivo. Então, aquele movimento no sentido do capital improdutivo que apontamos acima tende a se repetir e generalizar, a atividade de produção de mercadorias é enfraquecida e se estabelece uma situação que combina juros elevados, endividamento crescente e intenso desemprego. Deriva daí uma terceira consequência que é emblemática desta fase da dependência: a concentração da riqueza e a “socialização” da miséria, a convivência, numa mesma unidade, destes dois pólos opostos.

Do ponto de vista específico dos países dependentes, a predominância do capital fictício produz, para além dos três aspectos acima citados, uma situação de intensa vulnerabilidade externa<sup>13</sup> que se estabelece a partir da necessidade estrutural de atrair capitais para correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que acaba complexificando esse estrangulamento externo e os seus efeitos sobre a fragilidade das contas públicas.

---

<sup>11</sup> Marx tratou exaustivamente este tema – bem como a respeito da autonomização/substantivação das formas funcionais do capital (capital-mercadoria, capital-produtivo e capital-dinheiro) e sua conversão em capital comercial, capital produtivo, capital portador de juros e, posteriormente, capital fictício – em boa parte do Livro Terceiro de *O Capital*. Além disso, bons tratamentos acerca da dialética do capital fictício – nos quais nos baseamos para a construção do presente artigo – podem ser vistos em Carcanholo e Nakatani (1999) e Amaral (2006).

<sup>12</sup> Mais do que isto, a idéia de capital fictício permite que se coloque em prática a contradição máxima do modo de produção capitalista calcada no caráter social da produção e no caráter privado da apropriação, sendo que a primeira lógica é preterida a esta última. E é aí que a lógica especulativa sobrepuja a lógica produtiva, levando ao limite a autovalorização do dinheiro, sem compromisso algum com a produção capitalista e com a geração de mais valor. O dinheiro pretende se valorizar por si mesmo, naquele que seria para o capital o seu movimento ideal,  $D - D'$ , a geração do lucro pura e simples, sem nenhuma intermediação. Desse modo, “*uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos*” (CARCANHOLO, 2004a: 17).

<sup>13</sup> A vulnerabilidade externa, conforme aponta Carcanholo (2004c: 100), “*é dada pelo grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais*”.

A tese que nos guia a partir de então é justamente a de que, nos marcos do capitalismo atual, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais, exatamente em função da predominância do capital fictício em suas estruturas. Este é o emblema, o definidor, a característica ou condição estruturante desta nova fase da dependência, de modo que podemos identificar a condição dependente de um país a partir de seus níveis de vulnerabilidade externa. É partindo desta afirmação que faremos os encadeamentos possíveis no sentido de comprovar esta idéia.

Com a evolução do capitalismo mundial, a perspectiva neoliberal de desenvolvimento ganha espaço teórico e ideológico no último quarto do século XX e é justamente nos países periféricos que sua efetiva implementação ocorreu de forma pioneira e concentrada, aprofundando sua situação de dependência nos termos antes apontados.

Esta perspectiva emerge como uma forma de superação da crise do capitalismo mundial ocorrida nos anos 70. O sistema capitalista de produção tem como característica fundamental a ocorrência de crises periódicas (crises cíclicas) de superprodução<sup>14</sup>, cujo germe principal está no fato de que o capitalismo tem uma tendência natural de ampliar ilimitadamente a produção de mercadorias – objetivando, com isto, uma crescente produção e apropriação de mais-valia –, ao mesmo tempo em que, por meio de aumentos na produtividade, tende a restringir ou impossibilitar o consumo e realização destas mesmas mercadorias.<sup>15</sup> O importante a reter é que o fenômeno econômico das crises é inerente à lógica de funcionamento do sistema capitalista e este comportamento cíclico se explica pela própria lógica da acumulação de capital, incluindo a sua processualidade contraditória. Em especial, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação explica o aparecimento das crises cíclicas de superprodução.

A crise dos anos 70 se deu num contexto de esgotamento do padrão de produção taylorista/fordista e de crise do estado de bem-estar social (*Welfare State*)<sup>16</sup>, caracterizando-se

---

<sup>14</sup> Este tema foi abundantemente tratado por diversos autores de linhagem marxista. Boas leituras acerca das causas, controvérsias, debates, considerações no interior desta formulação das crises cíclicas de superprodução podem ser encontradas em Ribeiro (1988, 1994, 2002); Carcanholo (1996, 1997, 2003); Mandel (1985); e no próprio Marx (1971, 1988). Este último, em sua obra principal *O Capital*, não chegou a formular uma teoria das crises, mas todo o seu pensamento, todas as suas colocações e todos os aspectos contraditórios do sistema capitalista por ele tratados, nos permitem concluir em favor da existência do fenômeno e, mais do que isto, de seu caráter cíclico e, por isto, periódico.

<sup>15</sup> Os detalhes desta teorização fogem ao escopo desta nossa pesquisa, de modo que nos limitaremos apenas a esta breve menção, deixando já indicadas boas literaturas a este respeito (ver nota de rodapé anterior).

<sup>16</sup> A crise do *Welfare State* pode ser somada a uma crise fiscal do Estado desencadeada num contexto internacional extremamente desfavorável em virtude da alta nos preços do petróleo (1973-74) e da ampliação nas taxas de juros internacionais – especialmente a norte-americana –, de modo que os países periféricos passam a enfrentar problemas de despesa adicional na balança comercial e também no que se refere ao pagamento dos serviços da dívida externa. Sendo assim, este acúmulo de endividamento provoca um processo de insolvência externa por parte das economias periféricas, bem como a deterioração de suas contas internas, o que culmina em crise fiscal, em queda da atividade econômica e dos níveis de investimento e emprego e aceleração do processo inflacionário, deixando claros os sinais da crise que se estabelece no período.

especialmente i) por uma forte redução das taxas de lucro como consequência da elevação nos salários da força de trabalho – fruto das conquistas obtidas no período do *Welfare State*, imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial –, para além da tendência à queda inerente ao modo de produção capitalista; ii) pelo aumento exagerado da esfera financeira frente às esferas comercial e produtiva; iii) por uma intensa concentração de capitais como resultado de crescentes processos de fusões e aquisições; e iv) pela exacerbação de processos de privatização de estatais, bem como de desregulamentação e flexibilização dos mercados, parte de um profundo processo de reordenamento da arquitetura financeira internacional, conhecido a partir do último quartel do século XX e que teve como elemento essencial a liberalização das transações econômicas internacionais.

O interessante a se acrescentar é que, justamente por serem cíclicas, as crises são passíveis de superação<sup>17</sup> e, historicamente, isto se dá através de mecanismos criados pelo próprio sistema capitalista no sentido de que uma trajetória ascendente do ciclo seja novamente estabelecida e de que produção e investimento sejam novamente ampliados. Ou seja, é a crise do capital criando suas próprias formas de superação, alavancagem e restabelecimento das condições de valorização.

É justamente o que ocorre nas crises históricas do capitalismo e na década de 70 não poderia ser diferente. Para além da redução nos salários e na tributação sobre investimentos e da reestruturação produtiva empreendida à época como forma de ampliar o número de rotações do capital e, conseqüentemente, as taxas de lucro, aparece a perspectiva neoliberal de desenvolvimento como a estrutura econômica, política e ideológica de maior força criada e elaborada pelo sistema para superação de sua própria crise.

Sob a chancela do Consenso de Washington<sup>18</sup>, essa perspectiva atravessa os anos 70 e 80 e se exacerba enormemente na década de 90, fundamentada na crença de que os agentes individuais tomam suas decisões movidos exclusivamente pelo interesse próprio, de tal forma que as realizações individuais são necessariamente disseminadas para a coletividade, e de que o *locus* de interação entre estes agentes é o mercado, que deve estar livre de qualquer intervenção justamente para que seja garantida esta “ordem natural das coisas” (CARCANHOLO, 1998: 18). Nestas circunstâncias, a globalização constituiria a própria expressão da “modernidade” notadamente por ser o resultado das forças de mercado “liberadas das correntes nocivas da ação do Estado”.

---

<sup>17</sup> Na verdade, mais do que isto, as crises são recorrente e periodicamente superadas, confirmando sua trajetória cíclica de recessão-crise-recuperação-ascensão-auge-recessão e assim sucessivamente.

<sup>18</sup> A denominação Consenso de Washington foi dada “ao conjunto de receitas de políticas e estratégias de desenvolvimento defendidas pelas instituições egressas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e pelo governo dos Estados Unidos” (BARUCO, 2005: 2), a partir dos anos 90.

Diante disto, o discurso propalado pelos organismos internacionais (destacadamente, FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) era o de que as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a retomada das altas taxas de investimento e o crescimento econômico com distribuição de renda. Todas as nações deveriam se engajar neste processo de reordenamento da ordem econômica – destacando-se o fato de que esta imposição se deu de maneira muito mais veemente, e quase que exclusiva, nos países periféricos, em geral, e nos latino-americanos, em específico – e o que garantiria a inserção no “novo mundo globalizado” seria justamente o maior grau de abertura das economias e a desregulamentação dos mercados.

A pretensa constatação se baseia no diagnóstico de que a retomada do desenvolvimento econômico estaria limitada pelo contexto de esgotamento da perspectiva estruturada no processo de substituição de importações. Esta, a partir da liderança estatal, se caracterizava pela implementação de políticas de protecionismo comercial, repressão financeira e forte regulamentação dos mercados, em específico, do mercado de trabalho. Por isso, as reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e serviços públicos, eliminação da maior parte dos subsídios, como forma de liberalizar os preços, e a liberalização financeira interna e externa, formariam o único tipo de política econômica capaz de garantir a inserção dos países periféricos no novo processo de globalização. Tudo isto assentado num programa de estabilização macroeconômica (controle inflacionário e equilíbrio fiscal) que aparece como pré-requisito à aplicação do projeto reformista.

É neste contexto (ou nestas bases) que se desenha aquilo que Osório (2004: 101) chamou de “*el nuevo patrón exportador latinoamericano*”, ou, mais especificamente, “*um nuevo patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como um nuevo modelo exportador*”<sup>19</sup>. Trata-se de uma espécie de nova economia para o caso dos países periféricos (os latino-americanos, em especial), em cujas determinações está um processo de reestruturação produtiva calcado na idéia da especialização – em contraposição à industrialização diversificada empreendida no período desenvolvimentista anterior. Deste modo, o argumento é o de que o processo de industrialização na América Latina poderia prosseguir – e o faria de maneira muito mais eficiente e produtiva –, desde que estruturado na vocação primário-exportadora própria destas economias, corroborando com a noção das vantagens comparativas difundida pelas tradicionais teorias do comércio internacional. Assim deveria se dar a inserção

---

<sup>19</sup> Da mesma maneira, Sotelo (2004) identifica este processo, cunhando os termos “novo padrão de reprodução de capital dependente” e “novo padrão de acumulação dependente neoliberal”, no sentido de qualificar as transformações vividas pelos países latino-americanos a partir do final da década de 70.

externa destes países, privilegiando-se atividades produtivas que tivessem lugar no mercado internacional a despeito das estratégias nacionais de desenvolvimento adequadas a cada país, de maneira a divorciar o setor industrial de seu papel de impulsionador do desenvolvimento e do progresso técnico e a limitar, portanto, os graus de autonomia decisória de cada nação<sup>20</sup>. Para tanto, esta inserção deveria ser norteada pelo processo de abertura externa, comercial e financeira, ainda que o Estado devesse atuar como regulador-supervisor em mercados que apresentassem determinadas imperfeições.

Sotelo (2004, pp. 97-99) caracteriza pontualmente esta *“nueva formación económica social neoliberal capitalista dependiente”* como uma condição de perda de capacidade de negociação por parte da periferia em relação aos grandes organismos financeiros internacionais e às empresas transnacionais, no sentido de atenuar sua dependência estrutural de importações, e de abandono de uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização, fazendo com que a acumulação e reprodução de capital na periferia se dê crescentemente por intermédio da produção primária. Reforça-se, assim, sua condição dependente – em termos tecnológicos, comerciais, financeiros e até mesmo militares e culturais – e *“la cesión de soberanía en favor del capital y los inversionistas privados nacionales y extranjeros”*.

Nessas bases, em termos da abertura comercial empreendida, o que ocorre é que os padrões de concorrência e as regras institucionais do comércio e do investimento são fortemente modificados, com as indústrias nacionais dos países periféricos sendo expostas à competitividade internacional sem que fossem criadas bases estruturais para tal e com o Estado se afastando progressivamente da atividade econômica, especialmente através de um intenso processo de privatizações. Então, o que se tem na realidade é, de fato, um processo de desindustrialização dessas economias, expressa a partir de uma intensa reestruturação produtiva através da qual setores antes estratégicos no alicerce de projetos de desenvolvimento anteriores – a saber, setores mais intensivos em tecnologia – perdem espaço e importância nos marcos da “nova economia”, dando lugar à produção e exportação de produtos primários tais como alimentos, minerais e matérias-primas.

En tanto proceso global macrohistórico de las décadas de los ochenta y noventa, la desindustrialización prácticamente ha cubierto a todos los espacios productivos de los países latinoamericanos – incluyendo al más avanzado: Brasil – y constituye la contrapartida de la reindustrialización de los países imperialistas, al influjo de la tercera

---

<sup>20</sup> Como mostra Sotelo (Ibidem, pp. 93-94), quando passa a vigorar o período neoliberal, a lacuna do desenvolvimento – que, inclusive, não foi alcançado por meio das políticas de industrialização para dentro, típicas do período desenvolvimentista – na periferia se mantém aberta justamente pela incapacidade de geração endógena de progresso técnico por parte desses países, que acabam se inserindo num processo de assimilação das condições de desenvolvimento impostas pelas nações industrializadas.



revolución industrial desencadenada desde la década de los cuarenta del siglo XX.  
(Ibidem, p. 92)

Revitaliza-se, então, a idéia do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini (2000), dado que a exportação de produtos de mais baixo valor agregado, intensivos em força de trabalho e recursos naturais, e de mais baixos níveis de produtividade – cujas indústrias são predominantes em países periféricos – ocorre vis-à-vis à necessária ampliação da importação de produtos de maior valor agregado e de níveis de produtividade evidentemente superiores – próprios de países centrais –, firmando-se a transferência do excedente produzido na periferia para o centro, o que, por sua vez, provoca desequilíbrios na balança comercial e de serviços – pelos motivos óbvios de que as indústrias nacionais dos países dependentes são incapazes de fazer frente à concorrência internacional – e o conseqüente imperativo da atração de capitais que possam fazer face a estes desequilíbrios.

Esta atração de capitais pode se dar sob três formas: i) subvenções ou doações; ii) investimento direto estrangeiro (IDE), que, embora faça crescer a capacidade produtiva na periferia – para os casos em que não se dá por meio de privatizações ou fusões e aquisições, que apenas promovem transferência de propriedade –, também enfraquece sua acumulação interna de capital, pois torna crescente a remessa de excedente para o exterior, a repatriação dos lucros, recolocando o problema para as contas externas mais adiante; e iii) empréstimos, através do lançamento de títulos de dívida e de propriedade, que tendem a ganhar caráter especulativo na periferia – por conta da baixa credibilidade e dos riscos de aplicação geralmente altos nesses países – e são lançados como papéis de curto prazo e de alta rentabilidade, dadas as taxas de juros elevadas. Esta última forma de financiamento externo é a mais comum na periferia e a sua generalização, somada às facilidades de repasse (ou revenda) dos papéis adquiridos, faz com que os capitais, em busca de valorização, entrem e saiam desses países muito rapidamente, sem que se estabeleça vínculo algum e, portanto, sem que haja qualquer interesse em relação aos problemas nas contas externas que estas fugas de capitais provocam.

Nesse cenário se faz presente a característica que protagoniza a condição de dependência no capitalismo atual: o acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da “*excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais*” (FILGUEIRAS, 2005: 6) e também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado, como já dito anteriormente. Carcanholo (2004b, p. 100) percebe a conexão existente entre os conceitos de fragilidade financeira e de vulnerabilidade externa, afirmando que

a fragilidade financeira externa é dada pela dependência frente aos capitais externos, em um contexto em que estes se deslocam entre os distintos mercados nacionais (regionais), de acordo com sua lógica especulativa. Portanto, a fragilidade financeira é fruto de uma opção de política nacional (regional) que adota uma estratégia de desenvolvimento calcada na liberalização financeira externa, em complemento à abertura comercial, conforme o receituário e os preceitos da visão ortodoxa. A vulnerabilidade externa, por seu turno, é muito mais uma consequência dessa opção de política, já que ela é dada pelo grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais externos.

Sendo assim, a vulnerabilidade externa aparece como uma consequência da fragilidade financeira e pode ser identificada, por exemplo, quando uma economia apresenta baixa resistência a uma possível fuga de capitais. A partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelece a dependência e a avidez por uma maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho no sentido de ampliar a superexploração na periferia.

O que explica estes aspectos é a formação de um círculo vicioso pautado numa dinâmica de atração de capitais externos de curto prazo para fazer face aos desequilíbrios no balanço de pagamentos – o que faz aumentar a dívida externa –, sendo que isto é feito por meio da elevação dos juros domésticos – o que faz aumentar a dívida interna e, para além disto, desestimula investimentos produtivos e o próprio consumo, travando o crescimento e a produção de valor. Estas novas práticas redundam na manutenção de superávits primários – voltados para o pagamento dos juros e amortizações das dívidas e até mesmo para que a entrada de mais recursos possa ser garantida, tendo em vista a “confiabilidade” promovida por estas práticas –, que fazem diminuir os gastos públicos e reduzir a intervenção do Estado mesmo (ou inclusive) nas áreas que são de sua responsabilidade por definição, o que significa fundamentalmente perdas sociais, de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Tudo isto acompanhado de mais endividamento e de uma consequente e intensa transferência de recursos para o exterior<sup>21</sup> – seja nesta forma de juros e amortizações, seja na forma de dividendos por parte das grandes empresas transnacionais que se instalam na periferia, seja na forma de *royalties* por conta da dependência tecnológica –, numa dinâmica incessante e extremamente nociva.

Ocorre, então, a perda de autonomia das políticas nacionais para esses países – o Estado se vê a serviço e à mercê do capital financeiro –, com uma forte restrição externa ao crescimento, que se explica pelos seus déficits em conta corrente e pela então necessidade de manutenção de altas taxas de juros como forma de atrair capitais que possam cobri-los, implicando em ampliação da dívida e do passivo externo dessas economias. Estas políticas de abertura

---

<sup>21</sup> Toussaint (2002, pp. 139-166) faz um excelente tratamento acerca das formas assumidas pela transferência de riquezas do Sul para o Norte – tal como ele próprio qualifica –, especificando melhor a dinâmica deste processo.

comercial e financeira inauguradas no período provocam, portanto, uma ampliação nos níveis de vulnerabilidade externa, que constituem a restrição maior para a retomada e sustentação do crescimento econômico, e uma crescente superexploração da força de trabalho (traduzida em arrocho salarial e ampliação da jornada de trabalho) para que a acumulação interna de capital possa ser garantida em níveis razoáveis de lucratividade.

Do ponto de vista social, esta opção de inserção externa passiva produz uma exclusão crescente, evidenciando-se os problemas de crescimento e desenvolvimento econômicos, com queda nos investimentos produtivos, conseqüente ampliação do desemprego<sup>22</sup> e do exército industrial de reserva, redução salarial como forma de manter os custos internos de produção competitivos internacionalmente (exigência da própria reestruturação produtiva) e de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro – para o que se recorre às reformas neoliberais de flexibilização do mercado de trabalho – e uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes. Isto leva Osório (2004, p. 114) a perceber que

la construcción del nuevo patrón de reproducción del capital tiene como uno de sus pilares el traspaso de fondos del consumo de los trabajadores al fondo de acumulación. Así, la pobreza há tendido a rebasar el ámbito del desempleo para adentrarse al territorio de los trabajadores con empleo.

Deste modo concluímos que, de maneira inconteste, a globalização financeira se deu de forma mais rápida que a comercial e produtiva – embora seja inequívoca a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países e uma maior participação das operações de empresas transnacionais por toda a economia – e, ao se aprofundarem nessa lógica, os países latino-americanos conquistam um crescimento exponencial de seus endividamentos externo e interno, preservados por elevadas taxas de juros. Os impactos desses processos de abertura comercial e desregulamentação financeira na estrutura das contas externas, no estoque e no perfil de seus endividamentos e passivos externos, definem a forma que a restrição externa ao crescimento e a dependência assumem neste início de século XXI, nos levando, inclusive, a reafirmar a tese da irreversibilidade desta condição nos marcos do capitalismo – e perceber que a condição dependente é intransponível pelo simples manejo da política econômica, sendo possível apenas

---

<sup>22</sup> Mesmo nos casos em que há queda nos níveis de desemprego a superexploração se faz presente, tendo em vista que, em regra, o emprego que se amplia é de caráter extremamente precário, envolvendo empregos temporários, empregos informais, com jornada de trabalho estendida, subemprego, dentre outros resultados da flexibilização regressiva do mercado de trabalho que permite ao capitalista contratar e demitir trabalhadores livremente, sem nenhuma responsabilidade trabalhista, de acordo com seus interesses de classe e com as fases do ciclo capitalista. Para além disto, conforme mostra Sotelo (2004), parece haver, para o caso da América Latina, uma tendência à ampliação do valor da força de trabalho que não é compensada por aumentos salariais proporcionais, deixando mais uma vez clara a existência de superexploração.

amenizá-la com a utilização desses mecanismos –, tendo em vista que os países periféricos seguem importando tecnologias e conhecimentos dos países centrais, intensificando o processo de transferência de valor e, assim, acabam por ingressar recorrentemente na dinâmica do círculo vicioso através da qual o endividamento externo, a fragilidade financeira e a vulnerabilidade externa se tornam mais agudos e se exasperam os mecanismos de superexploração do trabalho que garantem a continuidade da acumulação interna de capital. O que se tem é, portanto, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, expressão cunhada por Frank (1970) para dizer exatamente que, *“quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados”* (MARINI, 1992: 89). Isto não significa afirmar que é impossível que haja crescimento econômico em países dependentes, mas apenas que, nos limites do modo capitalista de produção, dependência gera mais dependência, ou, dito em outras palavras, a dependência é estrutural e insuperável, nos marcos da economia capitalista mundial.

### **3. Considerações Finais**

A Teoria da Dependência nasce no contexto da crise do processo de substituição de importações latino-americano, com o objetivo de tentar explicar e compreender o desenvolvimento sócio-econômico – especialmente a partir de sua fase de industrialização – e a reprodução do modo capitalista de produção na região, entendendo que o capitalismo aqui se determinou mediante à forma própria de inserção desses países na economia mundial, que se deu em um momento no qual já haviam se consolidado os grandes centros hegemônicos do capital.

Mesmo tendo surgido diversas interpretações dentro da escola da dependência, aqui tratamos especificamente da análise marxista - que tem em Ruy Marini seu principal expoente - por entendermos que esta se apresenta como mais apta à análise histórica do desenvolvimento do capitalismo na periferia. Tal análise, fundamentada na Lei Geral da Acumulação Capitalista, e que vê a dependência como uma relação de subordinação entre nações centrais e periféricas, argumenta que a superexploração da força de trabalho seria a única forma que os países periféricos teriam de gerar os excedentes a serem transferidos para os países centrais – dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho – uma vez que não possuem o aparato necessário ao desenvolvimento de tecnologias que os permitam produzir bens com alto valor agregado, e com isso competir com os países centrais. Dentro disso, existiriam quatro formas históricas de dependência: a dependência colonial, a dependência “financeiro-industrial”, a dependência tecnológico-industrial e, em tempos neoliberais, uma

dependência característica da nova fase do capitalismo, em cujo cerne encontra-se a exacerbação do processo de financeirização da economia, ao ponto de que a lógica especulativa se sobreponha à lógica produtiva.

Sendo assim, nosso argumento é o de que, em sua nova forma histórica, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais, sendo esta a característica ou condição estruturante desta fase da dependência, de modo que podemos identificar a condição dependente de um país a partir de seus níveis de vulnerabilidade externa. Em outras palavras, numa tentativa de tornar rotundo o nosso raciocínio, o neoliberalismo se apresenta como a forma histórica atual da dependência, a vulnerabilidade externa aparece como característica da dependência, que é agravada na nova forma histórica e é a partir daí que se colocam as possibilidades de desenvolvimento **capitalista** na periferia por meio da superexploração da força de trabalho.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, M. S. (2006). *A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BARUCO, G. C. C. (2005). *Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BIELSCHOWSKY, R. (2000). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha. In: \_\_\_\_\_. *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record.

CARCANHOLO, M. D. (1996). *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

\_\_\_\_\_. (1997). Formas, Conteúdo e Causa: Uma Proposta de Interpretação Marxista do Fenômeno Crise. In: *Leituras de Economia Política*, nº 5, pp. 15-31, IE-UNICAMP. Campinas.

\_\_\_\_\_. (1998). Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC. In: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A. e CARCANHOLO, M. D. (Orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez Editora.

\_\_\_\_\_. (2003). Equilíbrio e Crise: Uma Hipótese e um Fato Inconciliáveis. In: *Revista Econômica Textos*, nº 28. Publicação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU). Uberlândia.

CARCANHOLO, M. D. (2004a). Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2004b). Abertura e Vulnerabilidade Externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.). *Desenvolvimento Desigual*. Uberlândia: Edufu.

CARCANHOLO, R. e NAKATANI, P. (1999). *O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo> [acesso em 24 ago. 2005].

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. (2007). *A Teoria da Dependência: Interpretações Sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina*. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 06 de novembro a 09 de novembro de 2007.

FILGUEIRAS, L. A. (2005). Superávit Versus Redução da Dívida. In: *Jornal dos Economistas*, nº 197, pp. 5-6, dezembro. Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ. Rio de Janeiro.

FRANK, A. G. (1970). *Capitalismo e Subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

MANDEL, E. (1985). *El Capital: Cien Años de Controvérsias en Torno a la Obra de Karl Marx*. Biblioteca del Pensamiento Socialista. México: Siglo Veintiuno Editores.

MARINI, R. M. (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente.

\_\_\_\_\_. (2000). *Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. 1 edição. Petrópolis: Editora Vozes.

\_\_\_\_\_. (2005a). Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular. cap. 1, p. 137 – 180.

\_\_\_\_\_. (2005b). Desenvolvimento e Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular. cap. 5, p. 221 – 224.

\_\_\_\_\_. (2005c) Sobre a Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular. cap. 2, p. 181 – 194.

MARX, C. (1971). *Fundamentos de la Critica de la Economía Política (Grundrisse)*. Instituto Cubano del Libro. La Habana.

MARX, K. (1974). *O Capital: Crítica da Economia Política*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K. (1988). *O Capital: Crítica da Economia Política*. 5 volumes. Terceira Edição. São Paulo: Nova Cultural.

OSÓRIO, J. (2004). *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa. Julho.

RIBEIRO, N. R. (1988). *A Acumulação do Capital no Brasil: Expansão e Crise*. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia para a obtenção do Grau de Doutor em Economia. Parte II: *As Crises no Capitalismo: Uma Visão Marxista*. Dezembro. Lisboa.

\_\_\_\_\_. (1994). A Crise Econômica: Evolução de um Conceito. In: *Revista Economia Ensaios*. Vol. 8, nº 2, julho. Publicação Semestral do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU). Uberlândia.

\_\_\_\_\_. (2002). A Crise Econômica: Conteúdo e Formas de Manifestação. In: RIBEIRO, E. R. (Org.). *Globalização, Competitividade e Crises*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB.

SOTELO, A. (2004). *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo, maquiladoras y telecomunicaciones*. México: Plaza y Valdés-UOM-ENAT.

SANTOS, Theotônio dos. (2000). *Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. 1 edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

TOUSSAINT, E. (2002). *A Bolsa ou a Vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

TRASPADINI, R. S. (1998). *A Perspectiva (Inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: Uma Visão Particular do Desenvolvimento Capitalista Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 1998.